XVII CONBRACE
IV CONICE 2011
11 A 16 SET | PORTO ALEGRE
CIÊNCIA & COMPROMISSO SOCIAL
IMPLICAÇÕES NA/DA EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

A INCOERÊNCIA ENTRE AS ORIENTAÇÕES OFICIAIS PARA A EDUCAÇÃO FÍSICA ESCOLAR, PARA OS PROJETOS ESPORTIVOS E PARA OS JOGOS ESCOLARES

Luís César de Souza[1]
Ketly Magalhães Teixeira[2]
Letícia de Queiroz Rezende[3]

RESUMO

As reflexões aqui desenvolvidas resultam da pesquisa "Educação Física, Projetos Esportivos e Jogos Escolares: aproximações, distanciamentos e desdobramentos", realizada de Agosto/2009 à Julho/2010, dentro do Programa Bolsas de Licenciatura (PROLICEN) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Foi uma pesquisa de cunho bibliográfico, em que se procurou investigar os consensos e dissensos entre as orientações oficiais presentes na legislação, em diretrizes e também em alguns parâmetros, destinadas à educação física escolar, a projetos esportivos (PRAEC e PST) e a jogos escolares (OE). Como resultado diagnosticamos uma incoerência histórica: as orientações destinadas à educação física escolar, desde a década de 1980 no âmbito acadêmico e desde a segunda metade da década de 1990, no âmbito das políticas públicas, indicam o trabalho numa perspectiva renovada e progressista. Pelo contrário, as determinações que se referem aos projetos de fomento ao esporte e aos jogos escolares, mantêm-se presas ao paradigma da aptidão física e esportivista.

Palavras-chave: *educação física; projetos esportivos; jogos escolares.*

SUMMARY

These reflections result from research "Physical Education and Sports Projects School Games: similarities, differences and developments", held from August/2009 to July/2010, within the Graduate School Program (PROLICEN), of the Federal University of Goiás (UFG). It was a bibliographical survey, which sought to investigate the consensus and disagreements between the official guidelines in the present legislation, guidelines and also some parameters for the physical education school, sports projects (PRAEC and PST) and school games (OE). As a result we identified a historical inconsistency: the guidelines for the physical education since the 1980s in the academic and since the mid-1990s, under the policy, the work indicates a fresh perspective and progressive. Rather, the determinations that relate to projects promoting the sport and school games, they remain attached to the paradigm of physical fitness and sportsmanship.

[1] Docente do curso de Educação Física da Universidade Federal de Goiás/Campus Jataí e coordenador da pesquisa. E-mail: lucceso@hotmail.com.
[2] Acadêmica do sétimo período do curso de Educação Física da Universidade Federal de Goiás/Campus Jataí e bolsista da pesquisa. E-mail: evil_ketly@hotmail.com.
[3] Acadêmica do sétimo período do curso de Educação Física da Universidade Federal de Goiás/Campus Jataí e voluntária na pesquisa. E-mail: ticiaqr@hotmail.com.

XVII CONBRACE
IV CONICE 2011
11 A 16 SET | PORTO ALEGRE
CIÊNCIA & COMPROMISSO SOCIAL
IMPLICAÇÕES NA/DA EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

Keywords: *Physical education, sports projects, school games.*

RESUMEN

Estas reflexiones resultan de investigaciones llevadas a "la Educación Física y Proyectos de la Escuela de Deportes Juegos: similitudes, diferencias y evolución", celebrado del Agosto/2009 a July/2010, dentro del Programa Escuela de Posgrado (PROLICEN), de la Universidad Federal de Goiás (UFG). Fue una investigación bibliográfica, que tenía por objeto investigar el consenso y los desacuerdos entre las directrices oficiales en la legislación vigente, las directrices y también algunos parámetros de educación física de la escuela, deportes proyectos (PRAEC y PST) y los juegos de la escuela (OE). Como resultado, hemos identificado una contradicción histórica: las directrices para la educación física desde la década de 1980 en lo ámbito académico y desde mediados de la década de 1990, en virtud de la política, el trabajo indica una perspectiva nueva y progresiva. Por el contrario, las determinaciones que se refieren a proyectos de deporte y los juegos de la escuela, permanecen unidos al paradigma de la forma física y deportividad.

Palabras claves: *educación física; actividades deportivas; juegos de la escuela.*

1. INTRODUÇÃO

As reflexões aqui desenvolvidas estão referidas nos resultados da pesquisa “Educação Física, Projetos Esportivos e Jogos Escolares: aproximações, distanciamentos e desdobramentos”, realizada no período de Agosto/2009 à Julho/2010, dentro do Programa Bolsas de Licenciatura (PROLICEN) da Universidade Federal de Goiás (UFG). Foi uma pesquisa de cunho bibliográfico, em que se procurou investigar os consensos e dissensos entre as orientações oficiais presentes na legislação, em diretrizes e também em alguns parâmetros, destinadas à educação física escolar, aos projetos esportivos e aos jogos escolares. Após leitura, síntese e discussões desses documentos, procuramos estabelecer uma análise com a perspectiva de educação física e esportes expressa por algumas produções acadêmicas. Os documentos pesquisados foram: no âmbito da legislação, a Lei de Diretrizes e Bases da educação nacional (LDB) 9.394/96, parâmetros de orientação curricular, como os Parâmetros Curriculares Nacionais (PCN) e os Cadernos de Reorientação Curricular (CRC) – 6º ao 9º ano – da Secretaria de Estado da Educação de Goiás (Seduc). Sobre os projetos de fomento ao esporte, analisamos as orientações do Programa de Atividades Educacionais Curriculares (PRAEC) da Seduc e o Programa Segundo Tempo (PST) do Ministério do Esporte (ME). Sobre os jogos escolares analisamos apenas as Olimpíadas Escolares (OE), por se tratar do principal evento que mobiliza o esporte educacional no país, e pelo fato de que em Goiás, houve uma “opção” por seguir esse modelo de jogos para as escolas do Estado, inclusive com abertura àquelas da rede privada.

O objetivo geral dessa pesquisa foi averiguar em quais aspectos se aproximam e em quais se distanciam as orientações oficiais para a educação física enquanto disciplina escolar, para os projetos de fomento ao esporte e para os jogos escolares. Em seguida, procuramos compreender quais os possíveis desdobramentos dessas orientações no âmbito da prática pedagógica e esportiva que ocorre na escola,

sobretudo em dois aspectos: 1) nas ações pedagógicas que ocorrem na disciplina de educação física, enquanto componente curricular da educação básica, e 2) para uma formação crítica, contextualizada, rigorosa, com qualidade social e submetida aos princípios da emancipação humana. Para tanto, foi necessário: analisar a legislação vigente sobre a educação física escolar e esporte; analisar os programas de fomento ao esporte, particularmente o "Programa Segundo Tempo" e o "Programa de Atividades Educacionais Complementares"; analisar diretrizes, regras e regulamentos de jogos esportivos, em particular os jogos que se destacam em Goiás: "Olimpíadas Escolares"; confrontar as orientações legais para a educação física escolar e os programas de fomento ao esporte com a produção acadêmica da área, particularmente as produções críticas. Necessariamente, após os estudos realizados, realizamos reflexões sobre a possibilidade de novas perspectivas para o ensino de educação física, para a prática esportiva na escola e, também, novas perspectivas para a organização de jogos escolares, visando a melhoria da educação básica.

2. SOBRE A METODOLOGIA

A pesquisa foi proposta em duas etapas, no biênio 2009-2011[4]. Na primeira, realizada no período de 01-08-2009 a 31-07-2010, nos desdobramos à pesquisa bibliográfica e documental, a fim de conhecer e analisar criticamente a legislação vigente, a produção acadêmica especializada e as propostas de ações governamentais. Sendo assim, algumas das tarefas realizadas foram:

1) Levanto bibliográfico completo dentro das bibliotecas da UFG, sobretudo a de Jataí, além de sites de periódicos científicos especializados, com o intuito de identificar a produção que trata dessa problemática, onde e como estão sendo realizadas essas pesquisas.

2) Contato com a Secretaria Municipal de Educação de Jataí (SME-Jataí), e com a Subsecretaria Regional de Educação de Jataí (SRE-Jataí), para obter documentos que orientam a educação física escolar, os projetos esportivos e os jogos escolares. Os documentos que essas duas secretarias (municipal e estadual) tinham, foram a nós disponibilizados; de posse deles fizemos uma seleção e analisamos aqueles que se referiam à pesquisa.

3) Seleção de textos, livros e documentos, bem como estudo, fichamento, sínteses e sistematizações do material selecionado. Nessa etapa, realizamos estudos, fichamentos e sínteses de artigos científicos, livros acadêmicos; analisamos as diretrizes que orientam os PRAEC (Seduc) e o PST (a partir de informações do site do ME); analisamos os CRC da Seduc, bem como os PCN do Ministério da Educação (MEC), ambos destinados à segunda etapa do ensino fundamental; analisamos o regulamento das OE do Estado de Goiás, e também as orientações das OE definidas pelo ME. Embora os estudos, as sínteses e as análises tenham sido realizados individualmente, discutíamos os textos no grupo de estudo – com encontros regulares semanalmente. As reflexões em grupo se constituíram num procedimento indispensável ao desenvolvimento da pesquisa, mas contribuiu significativamente na

[4] A segunda etapa da pesquisa, em andamento, está sendo realizada no período de 01-08-2010 a 31-07-2011. Nela, estamos investigando *in loco* as ações pedagógicas nas aulas de educação física escolar e nas aulas dos projetos esportivos, como também acompanhamos as Olimpíadas Escolares. Nessa etapa, a partir de observações e diálogo com professores, alunos e pais de alunos, pretendemos confrontar as análises e resultados da pesquisa bibliográfica e documental (1ª etapa) com as ações concretas das aulas de educação física e esporte e, também, com a organização e prática dos jogos escolares em Goiás.

formação dos acadêmicos envolvidos, pelo esclarecimento sobre a necessidade de submeter a educação física, os projetos esportivos e os jogos escolares ao rigor da crítica.

4) Apresentação do estudo à comunidade acadêmica da educação física e esporte, com a apresentação da pesquisa em três eventos científicos. O primeiro foi o Congresso Goiano de Ciências do Esporte (CONGOCE), realizado em Junho de 2009 na cidade de Goiânia-Goiás. Em outubro de 2009, apresentamos o trabalho no Congresso de Pesquisa, Ensino e Extensão (CONPEEX) da UFG, em Goiânia-Goiás. E em novembro do mesmo ano, publicamos o trabalho no XXV Congresso de Educação do Sudoeste Goiano (CONADE), realizado em Jataí-Go. Nesses dois últimos eventos, com a pesquisa em andamento, as discussões e os diálogos foram bem mais significativos. O exercício de divulgação do trabalho em eventos científicos, além do debate necessário às investigações, foi fundamental no processo de formação dos acadêmicos.

3. ANÁLISE DOS DADOS

Durante a revisão bibliográfica, descobrimos um fator importante. Que existem estudos, obras e pesquisas sobre a temática, mas que esses estudos, essas obras e essas pesquisas se subdividem, grosso modo, da seguinte forma: 1) quando se destinam ao estudo da educação física, a preocupação primeira se remete ao diagnóstico de que a educação física deveria ser trabalhada numa perspectiva ampliada e renovada, mas que na prática os professores ainda trabalham numa perspectiva tradicional, ou seja, a preocupação situa-se entre educação física tradicional versus educação física progressista, sendo essa última produção sempre na perspectiva de denúncia da primeira (COLETIVO DE AUTORES (1992), KUNZ (1991), ASSIS (2001)). 2) Quando localizamos estudos sobre esporte e escola, o foco era a problemática do esporte da escolar versus o esporte na escola (CAPARROZ, 1997), da necessidade de transformação didático-pedagógica do esporte (KUNZ, 1994), ou da necessidade de reinventar o esporte (ASSIS, 2001); nesses estudos, a discussão segue o caminho da denúncia do esporte de rendimento na escola, especialmente dentro das aulas de educação física. 3) Com relação aos jogos escolares, encontramos documentos que defendem os jogos na perspectiva do alto rendimento na escola, como é o caso do "Programa Descoberta do Talento Esportivo" do ME, como também alguns ensaios e experiências acerca da possibilidade de organização de jogos escolares alternativos ao alto rendimento e numa perspectiva cooperativa, inclusiva e colaborativa. Apresentamos a seguir os estudos realizados com cada uma das dimensões da pesquisa, quais sejam: educação física escolar, projetos de fomento ao esporte e jogos escolares.

3.1. Educação Física Escolar e Esporte Educacional

A história da Educação Física escolar por meio de longos períodos sofreu influências de uma ou outra instituição/fenômeno. No Brasil, a educação física foi influenciada pelos métodos ginásticos e pela instituição militar, contexto em que se destaca o militarismo na escola, idealizado pela ditadura do Estado Novo, ainda na primeira metade do século XX (CASTELLANI FILHO, 1988). Nesse período a educação física era entendida como atividade exclusivamente prática. Na segunda metade do século XX, ocorre uma significativa influência do esporte. Como consequência dessa influência generalizada, o esporte ganha *status* de conteúdo exclusivo do ensino da educação física, visando os princípios de

rendimento atlético/desportivo voltados para competições, comparação de rendimento e recordes, regulamentação rígida, sucesso no esporte como sinônimo de vitória e racionalização de meios e técnicas (COLETIVO DE AUTORES, 1992). Nesse contexto, os meios de comunicação têm grande poder de persuasão, em especial a mídia, pois, cobra dos professores de educação física escolar o desenvolvimento de uma base esportiva para a nação, pela formação de atletas de alto rendimento (BETTI, 1998). No entanto, tendo por base autores como Coletivo de Autores (1992), Kunz (1991), Assis (2001) e Bracht (1992), pode-se inferir que a educação física vai muito além do esporte de alto rendimento, sobretudo a educação física como componente curricular da educação básica, pois se nela podemos almejar uma vida mais saudável, prazerosa e mais alegre, por meio dela também podemos tratar de conhecimentos acumulados pela humanidade – o que implica que o esporte não é o único conteúdo que deve ser tratado na educação física, especialmente o esporte de rendimento.

No final do século XX a educação física passa uma ressignificação. Do ponto de vista da formação humana, ela deveria passar a tratar de conhecimentos mais abrangentes, como a cultura corporal por exemplo (COLETIVO DE AUTORES, 1992). Marcam nesse período os debates, os conflitos e as divergências que influenciaram a atuação pedagógica dos professores de educação física na escola de várias maneiras; desde a tentativa de romper com modelos seletivos e exclusivistas até a tentativa de relacioná-la aos aspectos sociais, econômicos e culturais da sociedade brasileira. Conforme Coletivo de Autores (1992), a educação física, no âmbito escolar, deve tratar de conhecimentos como: jogos, esportes, dança, ginástica, lutas, configurando o que os autores denominam de "cultura corporal". Para eles, a disciplina de educação física historicamente tem estabelecido como objetivo a prática orientada pelo paradigma da aptidão física, buscando desenvolver habilidades técnicas, motoras e valências físicas para obtenção de resultados. Denunciam uma valorização do exibicionismo e da espetacularização, em detrimento da busca pelo conhecimento historicamente construído pela humanidade e pela experimentação de práticas relacionadas à cultura corporal. A ênfase na busca do talento esportivo e no aprimoramento da aptidão física condiciona em parte a aula e o processo avaliativo, transformando a educação física escolar numa atividade desestimulante e segregadora, principalmente para os alunos considerados menos capazes. Como consequência, aqueles que não possuem habilidade ou afinidade pelo esporte, acabam excluídos das aulas. Essa crítica também pode ser encontrada nos estudos realizados por Kunz (1994) e Bracht (1997), os quais confirmam que são necessárias mudanças da prática pedagógica que prioriza a esportivização e a técnica, que valoriza excessivamente a descoberta de valores esportivos, pois esse tipo de prática deixa de valorizar aspectos como a socialização, as características pessoais, a solidariedade, o lúdico e outros elementos que poderiam colaborar com a formação humana dos alunos.

No âmbito legislativo, a LDB, tanto nacional (Lei 9.393/96) como estadual (Lei Complementar Nº 26/98), como também as Diretrizes Curriculares Nacionais (DCN) e Resoluções elaboradas pelo Conselho Estadual de Educação de Goiás, e adicione-se ainda a elaboração de Parâmetros de orientações curriculares (PCN, CRC), têm influenciado o trabalho pedagógico de professores que atuam na educação básica a partir da segunda metade da década de 1990. Em todo esse movimento, talvez seja possível apreender uma tendência comum: a necessidade de que a educação física supere o paradigma da aptidão física e esportivista, acenando na perspectiva ampliada, renovada e, por que não, progressista[5]. Esse movimento pode ser ilustrado, no âmbito do Estado de Goiás, pelo trabalho de

[5] Com o termo progressista estamos caracterizando um movimento renovador da educação física (DAOLIO, 1998, GUIRALDELLI JR (1987), o que não significa que dentro desse movimento as orientações teóricas e metodológicas fossem comum, ou ainda, nem todos se orientavam pelo rigor e pelos princípios da crítica social.

XVII CONBRACE
IV CONICE 2011
11 A 16 SET | PORTO ALEGRE
CIÊNCIA & COMPROMISSO SOCIAL
IMPLICAÇÕES NA/DA EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

elaboração dos CRC – 6º ao 9º ano, como também pela recém-implantada Ressignificação do Ensino Médio (REM), ambos programas da Seduc que visam adequar a educação básica no Estado a esse movimento. Na apresentação dos CRC pode-se observar a intenção de modificar qualitativamente o trabalho pedagógico do professor na educação básica.

> São imprescindíveis a leitura criteriosa, o estudo e a utilização deste Caderno no fazer pedagógico da escola, como também de todos os que serão elaborados de forma compartilhada ao longo do processo. Está, pois em suas mãos, o resultado de um trabalho partilhado e dinâmico que deverá ser seu próprio instrumento de trabalho na tarefa docente, servindo a um propósito que é de todos nós, agentes da educação: garantir o direito à educação de qualidade (CADERNO 1, 2005, p. 6).

Com relação às áreas de conhecimento, currículo e práticas culturais, direcionados especificamente às aulas de educação física, percebemos que, seguindo a discussão que ocorre no âmbito da produção acadêmica - isto é, a produção de conhecimento pelas universidades brasileiras -, a perspectiva debatida para a educação física escolar é ampliada e renovada e não tradicional ou conservadora. A novidade que se apresenta agora, passados quase quinze anos da aprovação da LDB nacional, é que a Seduc se ocupa da elaboração de orientações oficiais que colocam a educação física escolar dentro de uma perspectiva frontalmente contrária ao paradigma da aptidão física e à perspectiva esportivista, contrária inclusive à elaboração anterior da própria Seduc que pretendia padronizar o trabalho da educação física no ensino fundamental e médio[6]. Ou seja,

> educar o corpo deixou de ser treinamento, aprimoramento da técnica, ou mesmo o controle disciplinar do aluno para significar novas possibilidades de construir saberes (sistematizar, construir, praticar, avaliar, reconstruir) acerca do corpo e de suas interações com as várias expressões constitutivas do processo produtivo, cultural, escolar, científico e do desenvolvimento estético. (...) Do ponto de vista histórico-cultural significa, por exemplo, resgatar/identificar a sua presença [da educação física] no ambiente educacional, a organização dos seus conteúdos de ensino, os seus procedimentos teórico-metodológicos e o conjunto das práticas manifestas nas aulas de educação corporal que adquiriram reconhecimento e legitimidade ao longo da sua existência social (CADERNO 3, 2005, p. 70-71).

Os CRC apresentam três princípios fundamentais que deveriam orientar a prática pedagógica na educação física escolar. O *princípio da inclusão*, que visa incluir os alunos na cultura corporal de movimento, por meio da participação e reflexão concretas e efetivas, deixando de lado os critérios de exclusão e promovendo a participação coletiva de alunos nas práticas da cultura corporal de movimento. O *princípio da diversidade*, que se aplica na construção do processo de ensino e aprendizagem do aluno, proporcionando diversas possibilidades de aprendizagem que se estabelecem a partir das dimensões afetivas, cognitivas, motoras e sócio-culturais dos alunos. E, também, o princípio da *pluralidade cultural*,

> entendendo que, apesar das características de reprodução da desigualdade de classes e das determinações de poder decorrentes da estrutura sócio produtiva, manifestas em nossa sociedade, a escola deve ser o local de reconhecimento da singularidade, da diversidade e da totalidade dos sujeitos em direção a uma formação plena (CADERNO 3, 2005, p. 75).

[6] No início da década de 1990, a Secretaria de Estado da Educação de Goiás, promoveu a elaboração de um programa de ensino para a educação física recomendado a todas as escolas estaduais. Esses Programas Curriculares Mínimos, como ficaram conhecidos, foram publicados para a primeira e segunda fase do ensino fundamental e ensino médio (Cf. SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, 1995)

XVII CONBRACE
IV CONICE 2011
11 A 16 SET | PORTO ALEGRE
CIÊNCIA & COMPROMISSO SOCIAL
IMPLICAÇÕES NA/DA EDUCAÇÃO FÍSICA E CIÊNCIAS DO ESPORTE

Dentro dessa nova perspectiva para a educação física, o esporte que deveria ser trabalhado na escola deveria ser um esporte transformado didática e pedagogicamente. Ou seja,

> o esporte, por sua vez, além da prática de sociabilização, dos divertimentos e do aprimoramento da técnica, deve servir de objeto de reflexão quanto a sua realidade, permitindo a ampliação de novos saberes educativos, culturais e sociais e as implicações da produção e do consumo do fenômeno esportivo (CADERNO 3, 2005, p. 73).

Essas mesmas recomendações podem ser encontradas uma década antes nos PCN. Neles, a despeito das possíveis confusões e misturas de abordagens, podemos verificar que há uma clara indicação de que a educação física deveria se orientar pelos princípios da inclusão e não da seleção e exclusão, ou seja, no âmbito da educação física os PCN

> trazem uma proposta que procura democratizar, humanizar e diversificar a prática pedagógica da área, buscando ampliar, de uma visão apenas biológica, para um trabalho que incorpore as dimensões afetivas, cognitivas e socioculturais dos alunos. Incorpora, de forma organizada, as principais questões que o professor deve considerar no desenvolvimento de seu trabalho, subsidiando as discussões, os planejamentos e as avaliações da prática de Educação Física (BRASIL, 1997, p.15).

Com isso, o que se observa é uma tentativa de adequar o trabalho pedagógico da educação física, tanto no âmbito nacional (PCN) quanto estadual (CRC) às orientações renovadas e progressistas da área. Se no que diz respeito à formação nas universidades, esse movimento se inicia na década de 1980, sobretudo nas instituições públicas de ensino superior, o que percebemos agora é uma orientação oficial no âmbito da Seduc em Goiás, sobre a necessidade de superar o paradigma da aptidão física e a perspectiva esportivista que têm, historicamente, predominado na educação física escolar.

3.2. Programas de Fomento ao Esporte

Diante das orientações para a educação física escolar na perspectiva acima analisada, isto é, a de submeter o esporte educacional às necessidade do trabalho pedagógico da escola, uma alternativa que algumas ações governamentais têm recorrido é facultar à escola e ao professor a elaboração de projetos esportivos a serem desenvolvidos no contraturno escolar. Com esses projetos, pretende-se dedicar um momento específico para o prática de atividades esportivas. Ilustram iniciativas dessa natureza, o PRAEC da Seduc e o PST do ME.

3.2.1. Programa de Atividades Educacionais Complementares - PRAEC

O PRAEC foi implantado em 2000 e resultou da ação conjunta de departamentos e superintendências dentro da Seduc. As atividades desenvolvidas dentro do programa são consideradas integrantes da proposta pedagógica da escola e devem enriquecer e diversificar as atividades curriculares. A adesão ao projeto é opção da equipe de profissionais que trabalham na escola, assim,

> todos os projetos considerados relevantes pelos conselhos escolares e que estejam previstos no Projeto Político Pedagógico da unidade escolar deverão ser apresentados na forma de PRAEC ao Núcleo de Programas Especiais/Superintendência de Educação Básica para análise e avaliação

(SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, 2009b, p.76).

O perfil do professor para atuar no projeto deve conter as seguintes características: ser capaz de construir práticas de investigação e de estudo, trabalhar em equipe, com criatividade, reconhecendo, respeitando e valorizando a individualidade dos estudantes, ser dinâmico, sociável, investigador e trabalhar numa perspectiva crítica e diversificada. A carga horária não poderá ser superior à da disciplina ministrada pelo professor. E os projetos devem ser desenvolvidos no turno de ampliação da aprendizagem, ou seja, no contraturno escolar. Conforme as orientações para o PRAEC de 2004, a participação nas OE e outras competições somam pontos para o processo educacional como um todo, especialmente em relação a valores como vencer e perder. No entanto, podem participar dos projetos de "treinamento esportivo" somente alunos na faixa etária compatível com aquela permitida pelas OE da Seduc.

Nas orientações para o PRAEC em 2009, os projetos na área do "Desporto Educacional" (uma das áreas, juntamente com outras como arte, cultura, reforço de aprendizagem e cidadania) deverão, obrigatoriamente, ter participação nas OE e outros campeonatos regionais e locais, sob pena de suspensão do projeto no ano vigente e no ano subsequente. Ao condicionar o projeto à participação nas OE, ratifica-se que a prática de esporte dentro do PRAEC é voltada prioritariamente para o treinamento esportivo.

Sobre a prática de esporte, o Programa anuncia que, para obter resultados satisfatórios, é necessário ser rigoroso com alguns princípios do treinamento esportivo, como frequência diária, continuidade do trabalho, e respeitar a relação entre intensidade e repouso no trabalho. Isto denota já sua filiação à uma concepção de esporte a ser desenvolvido *na* escola que procura reproduzir a lógica do alto rendimento. Diante disso, a questão que se coloca é: o desenvolvimento de atividades esportivas voltadas para o alto rendimento na escola, colabora com a formação do aluno na perspectiva da emancipação humana? E mais: à medida que o próprio ME reconhece que as OE seguem o modelo e as exigências do alto rendimento, constitui atitude adequada por parte da Seduc a "opção" por seguir as OE organizadas pelo ME e pelo COB. Desenvolveremos essas questões nas considerações finais.

3.2.2. Programa Segundo Tempo - PST

O PST[7], ao contrário do PRAEC, é um projeto idealizado pelo ME, e visa contribuir com a formação de crianças e adolescentes através da prática esportiva e de lazer realizadas no contraturno escolar, deixando-os longe das ruas, ensinando a se organizarem, a ter responsabilidades, formando melhor os cidadãos e procurando atingir uma melhor qualidade de vida. O programa tem como público alvo, crianças e adolescentes expostos aos riscos sociais. São oferecidas diversas atividades esportivas como: futebol, futsal, handebol, basquetebol, voleibol, atletismo, natação, vela, tênis de mesa, dança e capoeira (BRASIL, 2009a).

Os locais para o atendimento do público do PST são denominados Núcleos de Esporte Educacional. Em cada núcleo deve ser oferecido no mínimo duas modalidades coletivas e uma individual

[7] Recentemente o PST agregou-se ao Programa Mais Educação do MEC. Nessa nova parceria, as finalidades permanecem, porém a realização do PST passa a ser condicionada às escolas públicas que aderiram ao Mais Educação. Como a análise dessa nova configuração do PST dentro do Mais Educação demandaria um novo estudo, mantivemos os estudos realizados quando o PST era vinculado apenas ao ME. Para maiores informações sobre a parceria entre o ME e o MEC, consultar: http://www.esporte.gov.br/snee/segundotempo/maiseducacao/default.jsp.

a, pelo menos, 200 alunos. As atividades ocorrem nos turnos matutino, vespertino e/ou noturno e devem permitir o acesso do aluno a no mínimo duas e no máximo quatro horas diárias, durante três vezes semanais. Cada núcleo deve dispor de reforços alimentares para os alunos, com cardápio previamente elaborado e que atenda as recomendações nutricionais, de acordo com a faixa etária dos praticantes.

O programa prevê também a oferta de atividades complementares que contenham reforço escolar, programação cultural e orientações em questões de saúde. O ME disponibiliza materiais esportivos que são confeccionados por projetos como Programa Pintando a Liberdade e Pintando a Cidadania, que possuem centros de produção em unidades prisionais e em outros espaços comunitários de diversas regiões do Brasil.

Com relação ao PST, não podemos dizer que ele tem como foco o desenvolvimento do alto rendimento. Assim, ao fomentar a prática de esportes na escola com o intuito oportunizar aos alunos atividades no contraturno, sobretudo aqueles que vivem em situações de risco, podemos supor que essa atitude se aproxima mais do movimento renovador da educação física. Isso porque os princípios que orientam o PST são o princípio da inclusão e participação, sem seleção ou exclusão.

3.3. Jogos Escolares

As OE são propostas pelo ME para todo o país e cada Estado opta por aderir à sua estrutura organizativa e ao cronograma nacional. Por ser considerado o maior evento esportivo no âmbito escolar, a Seduc, por meio da Gerência de Desporto Educacional (GED), optou por participar das OE propostas pelo ME. Por isso, esse é o modelo de jogos escolares que mobiliza as escolas do Estado de Goiás. A escola é considerada o foco das Olimpíadas, que realizam as seletivas municipais, estaduais para selecionar a equipe que posteriormente representará o Estado na etapa nacional. É permitida a participação apenas de estudantes regularmente matriculados em escolas públicas ou privadas em duas faixas etárias: de 12 a 14 anos e 15 a 17 anos[8].

Durante a fase de levantamento dos dados, encontramos poucos documentos sobre as OE. Assim, os estudos estão referidos na história das Olimpíadas e em seu Regulamento[9](BRASIL, 2009b; SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, 2010). Sobre a história, em 1969, foram criados os Jogos Estudantis Brasileiros, pela antiga divisão de Educação Física do Ministério da Educação e Cultura. Até 1969 os jogos estudantis não possuíam boa infra-estrutura, nem meta a ser atingida, existia apenas competições intercolegiais. No ano de 2000 os Jogos Estudantis Brasileiros se tornaram Olimpíadas Colegiais, as quais passaram a realizar a etapa nacional das competições em nível estadual. Com o passar dos anos, o número de alunos participantes dos jogos cresceu e os professores foram cada vez mais se especializando, visando a formação de atletas-estudantes.

Em Goiás, as OE surgiram para substituir os Jogos Estudantis do Estado de Goiás, que por sua vez substituíram os Campeonatos financiados pelo setor privado, como as Copas Itaú e Copas BEG. Em nível estadual as OE, conforme o regulamento de 2009, buscam aumentar a participação dos alunos nas atividades esportivas, promover a mobilização da juventude brasileira em torno do esporte e estimular a prática do esporte com fins educativos, no entanto, no mesmo regulamento, também pretende-se

[8] Isso talvez explique os motivos que levam o PRAEC – deliberadamente um programa que pretende o desenvolvimento de talentos esportivos – a normatizar que só podem participar dos projetos alunos com faixa etária permitida nas OE.

[9] Em nossas análises, percebemos que o regulamento das OE em nível nacional não apresenta diferenças significativas em relação ao regulamento estadual, mas apenas alguns ajustes demandados pelas particularidades do Estado de Goiás.

identificar talentos esportivos (SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO, 2009a).

4. CONSIDERAÇÕES FINAIS

4.1. As relações entre educação física escolar, projetos esportivos e jogos escolares: aproximações, distanciamentos e desdobramentos.

Verificamos nessa pesquisa que os documentos oficiais, como as DCN, os PCN (MEC) e os CRC da Seduc, indicam que a educação física escolar deve trabalhar com os elementos da cultura corporal, de maneira crítica e enfatizando tanto a dimensão prática como a teórica. Nessas novas orientações, a educação física deve ser compreendida como componente curricular que integra a educação básica (BRASIL, 2010, Art. 26, § 3º), e que se dedica à ampliação da sistematização do conhecimento (PCN,1997; CRC/Seduc (2006). Esse movimento de incluir nas políticas públicas uma concepção de educação física ampliada, é provavelmente o resultado histórico dos debates e discussões travadas nas décadas de 1980 e 1990 na área, sobretudo a partir de conhecimentos produzidos pelas universidades brasileiras.

Nessa nova orientação, é necessário que se trabalhe nas aulas de educação física os elementos da cultura corporal de uma maneira ampla, ou seja, trabalhar os jogos e brincadeiras populares, as danças e suas várias linguagens expressivas, os esportes e suas diferentes expressões e significados culturais, as ginásticas com suas metodologias e aplicações diversificadas e as lutas enquanto fenômenos constitutivos das diferentes manifestações da cultura brasileira. Com essas práticas pedagógicas, espera-se dos professores a superação do "fazer por fazer", do "jogar por jogar", do "exercitar por exercitar", do "competir por competir" (CRC/Seduc, 2005). Essas orientações oficiais, ressalte-se, guardam algo em comum com as produções acadêmicas (no âmbito das universidades), qual seja, a necessidade de romper com o paradigma da aptidão física e a perspectiva esportivista que historicamente predominam na educação física escolar.

Diante disso, podemos concluir que: *as orientações oficiais para a educação física enquanto componente curricular, ao proporem um trabalho inclusivo, participativo, e apoiado no conceito de cultura corporal (ou de movimento), que reconhece como conhecimentos próprios da educação física as danças, as ginásticas, as lutas, os jogos e, também, os esportes, se aproximam de uma formação rigorosa e crítica, apoiado nos princípios da formação cultural e, no limite, da emancipação humana. Por outro lado, percebemos que as orientações para o PRAEC e para as Olimpíadas Escolares, se distanciam dessa formação humana crítica, e apoiada nos princípios da inclusão escolar e social. Pelo contrário, ainda se orientam por critérios de seletividade, exclusividade, habilidades e alto rendimento.*

No caso específico das OE proposta pelo ME e seguidas pela Seduc, cabe uma análise a mais. Durante a etapa de levantamento dos documentos, visitamos por várias vezes o site do ME para coletar dados referentes tanto ao PST quanto às OE. No site do ministério há três secretarias: a de alto rendimento, a de esporte educacional e a de esporte e lazer. O que chamou-nos a atenção foi que no início da pesquisa, as OE encontravam-se vinculadas à Secretaria de Esporte Educacional; e na conclusão da pesquisa, as OE foram deslocadas para a Secretaria de Alto Rendimento. Esse fato nos chamou à atenção e formulamos a seguinte questão: porque o próprio ME retirou as OE da secretaria responsável pelo esporte educacional e as colocou na secretaria de alto rendimento? Como isso também demandaria um

novo estudo, nos limitamos a conjecturar que talvez tenha sido pelo fato de que a *forma* como esses jogos são organizados se aproxima do esporte de alto rendimento. E, ao aproximar-se do esporte de alto rendimento, ela distancia-se do esporte educacional, nos moldes pensados, por exemplo, por Coletivo de Autores (1992), Kunz (1994) e Assis (2001). E o que é mais agravante: se distancia da forma como o esporte é concebido pelos documentos que orientam oficialmente a prática pedagógica da educação física na escola.

Esse fato veio a confirmar ainda mais nossa suspeita de que as OE realizadas pela Seduc, ao repetir a estrutura e organização daquelas do ME, também reproduz o modelo do alto rendimento e se distancia do esporte educacional inclusivo e participativo. Nesse momento, entra em cena a necessidade de se pensar uma organização de jogos escolares que escape dos padrões de alto rendimento, mas que estejam conectados com as orientações oficiais para a educação física escolar.

Por fim, diante desse cenário, temos elementos suficientes para supor que há uma incoerência entre as orientações oficias para a educação física escolar e aquelas orientações para o esporte educacional e os jogos escolares, no Brasil e em Goiás. Talvez essa incoerência possa ser compreendida pelas fortes influências do paradigma da aptidão física e da perspectiva esportivista, os quais orientaram a formação de grande parte dos gestores públicos que atuam no meio do esporte educacional. Para resistir a isso, é preciso, de acordo com Assis (2001), reinventar permanentemente o esporte no âmbito escolar; ou de acordo com Kunz (1994), promover uma transformação didático-pedagógica do esporte, não apenas no âmbito da educação física escolar, mas sobretudo no âmbito dos projetos esportivos e, principalmente, no âmbito dos jogos escolares. Ou, dito de outra forma, é necessário reinventar e transformar didática e pedagogicamente os jogos escolares e os projetos de fomento ao esporte na escola.

REFERÊNCIAS

ASSIS, Sávio Ramos. **A reinvenção do esporte**. São Paulo: Autores Associados, 2001.

BETTI, M. **A janela de vidro***:* esporte, televisão e educação física. Campinas: Papirus, 1998.

BRACHT, W. **Educação Física e aprendizagem social**. Porto Alegre: Magister, 1992.

_____. **Sociologia Crítica do Esporte***:* uma introdução. Vitória: UFES, 1997.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Programa Segundo Tempo**. Brasília: ME: SEE, 2009a. Disponível em: http://www.esporte.gov.br/snee/segundotempo/default.jsp.

BRASIL. Ministério do Esporte. **Olimpíadas Escolares**. Brasília: ME: SEE, 2009b. Disponível em: http://www.esporte.gov.br/snear/jebs/2007/default.jsp.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação**. Brasília: MEC, 2010. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.

BRASIL. Ministério da Educação. Secretaria de Educação Fundamental. **Parâmetros Curriculares Nacionais**. Brasília: MEC: SEF, 1997.

CAPARROZ, F. E. **Entre a Educação Física na escola e a Educação Física da Escola**. Vitória: CEFD/UFES, 1997.

CASTELANI FILHO, L. **Educação física no Brasil**: a história que não se conta. Campinas: Papirus, 1988.

COLETIVO DE AUTORES. **Metodologia do ensino da educação física**. São Paulo: Cortez, 1992.

DAOLIO, Jocimar. **Educação Física brasileira***:* autores e atores da década de 1980. Campinas: Papirus,

1998.
GOIÁS. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação/Lei Complementar Nº 26**. Goiás, 2010. Disponível em:
http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/L9394.htm.
GUIRALDELLI JR. **Educação física progressista**. São Paulo: Edições Loyola, 1987.
KUNZ, E. **Educação Física**: ensino e mudanças. Ijuí: UNIJUÍ, 1991.
_____. **Transformação didático-pedagógica do esporte**. Ijuí: UNIJUÍ, 1994.
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Programa curricular mínimo de educação física para o ensino fundamental**: pré à 8ª série. Goiânia: Secretaria de Estado de Educação e Cultura, 1995.
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Olimpíadas Escolares/Regulamento**. Goiânia: Seduc, 2009a.
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Olimpíadas Escolares**. Goiânia: Seduc, 2010. Disponível em: http://educacao.go.gov.br/educacao/servicos/desportoescolar/pdf/2010/Regulamento.pdf
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Programa de Atividades Educacionais Complementares.** Goiânia: Seduc, 2004.
SECRETARIA DE ESTADO DE EDUCAÇÃO. **Programa de Atividades Educacionais Complementares.** Goiânia: Seduc, 2009b.
SECRETARIA DE ESTADO DA EDUCAÇÃO. **Reorientação curricular do 6º ao 9º ano**: currículo em debate Goiás. Cadernos 1, 2, 3, 4 e 5. Goiânia, 2005.
SOARES, C. L. **Educação Física**: raízes européias e Brasil. Campinas: Autores Associados, 1994.

Luís César de Souza
Rua Boa Viagem, 284, Jataí-Go. CEP: 75.802-090.
E-mail: lucceso@hotmail.com
Recurso para apresentação: Computador e Datashow.